

COMANDO 6 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 33/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2026	160036-COMANDO 6 REGIAO MILITAR	LOURIVAL CERQUEIRA PEREIRA	21/05/2026 11:04 (v 0.23)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Trabalho técnico, científico ou artístico	273/2026	64299.003038/2026-6

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64299.003038/2026-66

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de conservação e restauro (com foco em mínima intervenção) dos bens móveis e integrados pertencentes ao acervo do Salão Nobre do Quartel-General da 6ª Região Militar (Espaço Cultural Marechal Cantuária), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ITEM CATSER				DESCRIÇÃO	QTD UND		PESQUISA compras.gov.br		OBSERVAÇÕES
							VLR UNIT	VLR TOTAL	
-	1	18180	Forros do Primeiro Andar (Corredor, Sala do Comandante, Sala de Café - séc. XX)	Dimensão:Variável; Repinturas acumuladas; cor original oculta; douramentos oxidados ou ausentes; descolamento ativo de camadas de tinta.; Remoção de repinturas em descolamento; prospecção da pintura original; repintura na tonalidade original; redouramento dos frisos.	50	m²	270,50	13.525,00	Forros do Primeiro Andar (Corredor, Sala do Comandante, Sala de Café)
				Dimensão: 1( uma) com 250 x 30 x 10 cm e 10 (dez) com 185x25x10 cm; Pintura branca e dourada em descolamento; douramento executado					

-	2	17574	Sanefas em formato retangular com recorte semicircular ao centro, encimada pelo escudo da República (séc. XX)	com folhas de ouro e algumas partes com tinta dourada; douramentos oxidados e/ou com tonalidades alteradas; Higienização mecânica e química da pintura e dos douramentos; remoção de douramentos oxidados com tonalidades alteradas; obturação e nivelamentos de lacunas; aplicação de tintas douradas importadas, de excelente permanência; imunização preventiva e curativa das madeiras; aplicação de folhas de ouro de 23 quilates, em locais estratégicos, para ressaltar e dar brilho ao douramento; correção do problema estrutural, se for o caso.	11	Und	3.872,93	42.602,23	10 (dez) sanefas tamanho 1,80m x 0,40m; e 1 (uma) tamanho 3,00m x 0,40m
	3	13366	Quadro (óleo sobre tela colada na parede com moldura em madeira dourada – <i>marouflage</i> , Presciliano Silva, 1917)	Dimensão:241 x 193 cm; Sujidades sobre camada pictórica; verniz levemente oxidado; enrugamento do tecido no centro da pintura; pequenas lacunas pictóricas; e moldura apresentando oxidação no douramento; Higienização química da pintura; remoção das marcas de escorrimento de água e do verniz oxidado; planificação do tecido nas partes enrugadas; reintegração pontual da camada pictórica, aplicação de novo verniz; remoção dos douramentos oxidados na moldura; aplicação de novo douramento com tinta importada; e aplicação de folhas de ouro nos detalhes.	2	Und	9.517,00	19.034,00	Contempla a restauração das pinturas e molduras (pinturas a óleo Batalha de Campo Grande e Batalha do Riachuelo - <i>marouflage</i> )
	4	13366	Quadro 'Grito do Ipiranga' (Óleo sobre tela colada –	Dimensão:241 x 341 cm; Sujidades generalizadas sobre a camada pictórica; verniz levemente oxidado com manchas pontuais; pintura com marcas de respingo e escorrimento de água; moldura com douramento oxidado; Higienização da camada pictórica; remoção de marcas de escorrimento de água e do verniz	1	Und	9.318,12	9.318,12	Pintura a óleo Grito do Ipiranga ( <i>maouflage</i> ),

1			marouflage, Presciliano Silva, 1917)	oxidado; reintegração pontual da camada pictórica; aplicação de novo verniz; limpeza do douramento da moldura e remoção das sujidades e oxidações; reintegração do douramento com tinta importada; e aplicação de folhas de ouro bruno nos detalhes.					com moldura
	5	13366	Nossa Senhora dos Mares (Óleo sobre tela com moldura em madeira dourada – séc. XVIII-XIX)	Dimensão:230 x 110 cm; Mossas e ondulações no suporte (tecido de linho); sujidades generalizadas acumuladas sobre a camada pictórica; presença de craquelamento; vincos na camada pictórica provocados pela marca do contraforte do chassi; verniz oxidado, dificultando a leitura iconográfica; retoques e repinturas alterados; moldura atacada por cupins; Limpeza da camada pictórica; remoção de verniz oxidado e das repinturas e retoques alterados; fixação da camada pictórica; remoção da tela do chassi e limpeza do verso; planificação do tecido; imunização do chassi e moldura; reentelamento (se necessário); obturação e reintegração de lacunas; reintegração da camada pictórica e aplicação de verniz protetor.	1	Und	27.394,67	27.394,67	Restauração de pintura óleo sobre tela - Nossa Senhora dos Mares, incluindo a moldura.
	-	6	13374	Escultura em bronze, sobre pedestal em madeira pintada (séc. XIX-XX)	Dimensões: Escultura - 79,0 x 43,0 x 25,0 cm; Pedestal: 98,0 x 24,0 x 25,0 cm; Escultura com oxidação e sujidades esparsas; e pedestal com alteração cromática, perda de policromia ou de enceramento; Higienização da escultura com processo químico, preservando o tom original da obra; e recuperação da pintura do pedestal.	2	Und	3.568,13	7.136,26
				Dimensões: 120 x 7 x 280; Sujidades generalizadas; pintura					

2	7	22969	Consoles (Estilo Luís XV, madeira entalhada, monocromada e dourada)	branca escurecida com manchas; douramento em purpurina oxidada; Limpeza mecânica e química; remoção de douramentos oxidados; obturação e nivelamento de lacunas; aplicação de tintas douradas importadas; aplicação de folhas de ouro 23kt com técnica de brunimento; repintura das partes lisas.	2	Und	5.635,76	11.271,52	Console sem espelho
	8	22969	Consoles com espelhos (Estilo Luís XV, madeira entalhada, prateada e dourada)	Espelho: 200x91x7; Console: 81x94x31; Sujidades generalizadas; prata oxidada; douramento com tinta dourada; douramentos oxidados com tonalidades alteradas; purpurina oxidada; console com ornatos soltos; Limpeza mecânica e química; remoção de douramentos e prateados oxidados; obturação e nivelamento de lacunas; aplicação de tintas douradas importadas; aplicação de folhas de prata e ouro 23kt com técnica de brunimento; imunização da madeira; fixação de peças soltas; limpeza dos espelhos bisotados.	2	Und	15.949,91	31.899,81	Console com Espelho
	9	22969	Mobiliário Clássico (Sofá (1) + Poltronas (4) + Cadeiras (2) + Mesas ovais (2)) - Estilo Luís XV	Sofá: 115x192x91; Poltronas: 108x62x64; Cadeiras: 100x50x49; Mesas Ovais: 108 x 73 x 77 cm; Sujidades generalizadas; douramento oxidado; forros inferiores danificados; pregaria enferrujada; sofá com leve movimentação estrutural; Limpeza mecânica e química; repintura das partes lisas na tonalidade original; remoção de douramentos oxidados; obturação e nivelamento; aplicação de tintas douradas importadas; aplicação de folhas de ouro 23kt; remoção e substituição	9	Und	3.079,65	27.716,85	Restauro do mobiliário: 2 (duas) mesas de centros; 4 (quatro) poltronas; 2 (duas) cadeiras; 1 (um) sofá; e 2 (duas) mesas ovais.

			de forros; preenchimento de estofamento; substituição de pregaria; reparos estruturais; aplicação de folhas de ouro bruido nos relevos (mesas ovais); imunização da madeira (mesas ovais); limpeza do tampo de mármore (mesas ovais).					
SOMA						-	189.898,46	-

1.2. Os serviços a serem realizados poderão ser contratados separadamente, tendo em vista a necessária especialização dos profissionais do campo do restauro nos variados meios de expressão e materiais constitutivos das obras de arte de períodos e procedências diversas.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

**Prazo de vigência**

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **180 (centro e oitenta) dias** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser renovada caso comprovada a vantajosidade para a Administração.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

- I. *ID PCA no PNCP: 160096-000273/2026;*
- II. *Data de publicação no PNCP: a publicar;*
- III. *Id do item no PCA: a publicar;*
- IV. *Classe/Grupo: 964 – SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO RELACIONADOS COM MUSEUS;*
- V. *Identificador da Futura Contratação: a publicar.;*

2.2.1 Ressalta-se que o presente serviço não foi incluído no Plano de Contratações Anual PCA/2025 em razão da inexistência, à época de sua elaboração, de previsibilidade segura quanto à efetiva disponibilização dos recursos oriundos de Emenda Parlamentar Individual (EPI). Tal cenário decorreu das medidas restritivas impostas ao final do exercício anterior para liberação desses créditos, circunstância que gerou incertezas quanto à execução orçamentária e financeira da referida fonte de recurso.

2.2.2. Nesse contexto, a Administração, em observância aos princípios da prudência, do planejamento e da responsabilidade na gestão fiscal, bem como aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), optou por não inserir a contratação no PCA 2025, evitando a previsão de despesa sem a necessária segurança quanto à sua viabilidade financeira.

2.2.3. Contudo, em razão da liberação dos recursos vinculados à EPI no exercício corrente, verifica-se a necessidade de adoção das providências administrativas para viabilizar a futura contratação, mantendo-se a conformidade com os princípios da eficiência, transparência e boa governança pública.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### *Sustentabilidade*

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Os fornecedores deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação nacional, estadual e municipal, tais como na Lei nº 12.187, de 2009, na Lei nº 12.305, de 2010, no Decreto nº 7.404, de 2010, na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº1, de 2010, na Lei Estadual nº 13.576, de 2009, na Lei Estadual nº 12.300, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 54.645, de 2009, entre as quais:

4.1.1.1. Priorizar a utilização de materiais e técnicas históricas sempre que tecnicamente viáveis;

4.1.1.2. Priorizar a utilização de materiais que garantam longevidade da intervenção, reduzindo futuras restaurações, bem como que tenham certificação ambiental;

4.1.1.3. Produtos que permitam futuras intervenções sem danos à obra original;

4.1.1.4. A utilização de produtos químicos de baixa toxicidade e livres de substâncias nocivas;

4.1.1.5. A reutilização de materiais, mediante aproveitamento de elementos originais sempre que possível;

4.1.1.6. Separação de resíduos por categoria e periculosidade; e

4.1.1.7. Utilização de embalagens de papelão, madeira plástico reciclável.

#### *Indicação de marcas ou modelos*

4.2. Considerando que o objeto do presente processo trata-se da restauração de peças do acervo do Salão Nobre do Quartel-General da 6ª Região Militar com valor histórico, artístico ou patrimonial, não se aplica a indicação de marcas ou modelos comerciais, uma vez que a intervenção visa à preservação das características originais das peças existentes. O serviço demandado requer mão de obra especializada, com técnicas artesanais e uso de materiais compatíveis com os elementos originais dos itens relacionados neste Termo de Referência, conforme avaliação técnica e laudo de necessidade de restauro.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será necessária a exigência de carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.4. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

#### **Garantia da contratação**

4.5. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação[A9] . [A10]*

4.6. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]*

4.6.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.6.1.2. *a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.*

4.6.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.6.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.6.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.6.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.7. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]*

4.8. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

4.9. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

4.10. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*

4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda a quinta-feira, das 13h30 às 16h00 horas.**

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

4.23.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente);



4.23.2. Realizada a vistoria, o interessado receberá o Termo de Vistoria, conforme Anexo xx do Termo de Referência, podendo solicitar a inclusão de eventuais ressalvas;

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.26. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados[A18] que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Salvador/BA, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias, a contar da emissão da ordem de serviço. O prazo de execução dos serviços será de 6 (seis) meses. Os pagamentos serão vinculados a marcos técnicos, não apenas temporais.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Todas as intervenções deverão observar os princípios técnicos e éticos da conservação-restauração de bens culturais, especialmente a mínima intervenção, a compatibilidade físico-química dos materiais, a estabilidade dos procedimentos adotados, a retratabilidade sempre que possível, a distinguibilidade das reintegrações, o respeito à historicidade dos bens, a preservação de marcas de uso significativas, a documentação integral dos procedimentos e a vedação à remoção, substituição ou recobrimento de matéria original sem justificativa técnica previamente aprovada pela fiscalização.

5.1.3. Cronograma físico-financeiro de realização dos serviços:

MÊS	QUINZENA	MARCO	ATIVIDADES	% RLZ FÍSICA	% RLZ FINANCEIRA
1	1ª	1 – Mobilização, montagem e documentação	Aprovação do Plano de Controle Ambiental, documentação de regularidade e instalação do atelier, diagnóstico, planos, testes iniciais.	15%	10%
	2ª				
2	3ª	2 – Limpeza e estabilização	Limpeza mecânica/química, imunização, fixação, e demais tratamentos tecnicamente justificados no Plano de Intervenção aprovado pela fiscalização	30%	25%
	4ª				
3	5ª				
	6ª				
4	7ª		Tratamento de lacunas, fissuras, deformações e instabilidades; testes de reintegração cromática		

5	8ª	3 – Reintegração cromática e /ou formal	e formal; reintegrações cromáticas pontuais; tratamento de superfícies douradas; revisão estrutural de mobiliário e demais procedimentos previstos no Plano de Intervenção aprovado.	35%	40%
	9ª				
6	10ª	4 – Finalização dos tratamentos e entrega técnica	Conclusão de 100% das obras, desmobilização e aprovação do Dossiê Técnico Final e do Plano de Conservação Preventiva	20%	25%
	11ª				
	12ª				

5.1.4. Os marcos de medição seguirão os percentuais de realização física e financeira estabelecidos no cronograma de execução dos serviços, para fins de liquidação e pagamento, ficando condicionados à comprovação técnica das atividades realizadas, à entrega dos respectivos relatórios, à documentação fotográfica correspondente e à aprovação da fiscalização.

5.1.4.1. Marco 1 (10%): corresponde à instalação do espaço de trabalho/atelier, aprovação do Plano de Controle Ambiental, recebimento e identificação dos bens, diagnóstico preliminar, registro fotográfico inicial, elaboração dos mapas de danos e realização dos testes preliminares aplicáveis, incluindo testes de solubilidade, compatibilidade e limpeza, quando necessários.

5.1.4.1.1. A medição ficará condicionada à entrega e aprovação do Relatório Técnico Inicial, acompanhado da documentação fotográfica, dos mapas de danos iniciais e dos planos técnicos pertinentes.

5.1.4.2. Marco 2 (25%): corresponde à execução dos procedimentos de higienização, limpeza mecânica, limpeza físico-química controlada, tratamento contra agentes xilófagos ou biodeterioração, fixação, consolidação, estabilização de suportes, camadas pictóricas, douramentos, estruturas e demais elementos constitutivos dos bens, quando tecnicamente indicados no Plano de Intervenção aprovado. A medição ficará condicionada à entrega e aprovação do Relatório Técnico Parcial de Higienização, Limpeza e Estabilização, acompanhado de documentação fotográfica comparativa e descrição dos procedimentos, materiais e produtos utilizados.

5.1.4.2.1. A medição ficará condicionada à entrega e aprovação do Relatório Técnico Parcial de Higienização, Limpeza e Estabilização, acompanhado de documentação fotográfica comparativa e descrição dos procedimentos, materiais e produtos utilizados.

5.1.4.3. Marco 3 (40%): corresponde à execução dos tratamentos de nivelamento de lacunas, reintegração cromática pontual, reintegração formal ou volumétrica, tratamento de superfícies douradas, ajustes estruturais finais e demais procedimentos tecnicamente justificados, quando previstos no Plano de Intervenção, testados previamente e aprovados pela fiscalização, após comprovação em relatório técnico.

5.1.4.4. Marco 4 – Final (25%): corresponde à revisão geral dos procedimentos executados, limpeza técnica final, aplicação de camadas protetivas compatíveis e retratáveis quando tecnicamente indicadas, montagem final dos bens quando aplicável, desmobilização do espaço de trabalho e entrega integral da documentação técnica final.

5.1.4.4.1. A medição e o pagamento do Marco 4 ficarão condicionados à conclusão de 100% dos serviços aprovados, à entrega e à aprovação formal pela fiscalização do Dossiê Técnico Final de Conservação /Restauração, do Plano de Conservação Preventiva e do registro fotográfico completo do processo, organizado por bem cultural. Eventuais pendências, inconsistências ou necessidades de complementação identificadas pela fiscalização deverão ser sanadas pela contratada antes da liquidação e pagamento do Marco 4.

#### 5.1.5. Descrição dos marcos de medição:

5.1.5.1. Marco 1 – Mobilização, montagem e documentação técnica do processo de restauro (1ª e 2ª quinzenas do mês 1).

5.1.5.1.1. Atividades principais:

5.1.5.1.1.1 Montagem do atelier (bancadas, iluminação, controle de umidade/temperatura);

5.1.4.1.1.2. Recebimento, documentação técnica e registro fotográfico de todos os itens do acervo;

5.1.4.1.1.3. Diagnóstico preliminar do estado de conservação;

5.1.4.1.1.4. Elaboração e submissão do Plano de Controle Ambiental, Plano de Intervenção/Restauro e Documentação normativa exigida pela Fiscalização Administrativa;

5.1.4.1.1.5. Ensaios iniciais (solubilidade, aderência, testes químicos); e

5.1.4.1.1.6. Entrega do relatório técnico inicial e do Plano de Restauração aprovado pelo Fiscal Técnicos e Fiscal Administrativo.

#### 5.1.5.1.2. Marco 2 – Limpeza e estabilização (3ª a 6ª quinzenas dos meses 2 e 3)

##### 5.1.5.1.2.1 Atividades principais:

5.1.5.1.2.1. Limpeza mecânica (remoção de sujidades);

5.1.5.1.2.2. Limpeza físico-química controlada, precedida de testes de solubilidade, compatibilidade e segurança, com definição de método, tempo de contato, neutralização/remoção de resíduos e documentação dos produtos utilizados. Imunização de madeira (mobiliário, sanefas, consoles): tratamento contra agentes xilófagos e biodeterioração, quando constatada atividade ou risco, com metodologia compatível com bens culturais e sem prejuízo aos acabamentos, policromias, douramentos ou estruturas originais;

5.1.5.1.2.3. Tratamento de obras em metal (esculturas em bronze), com limpeza controlada, estabilização de corrosão e proteção superficial compatível, quando tecnicamente indicada;

5.1.5.1.2.4. Fixação ou consolidação de camadas pictóricas e/ou camada de preparação instável (pinturas a óleo e decoração do forro);

5.1.5.1.2.5. Revisão de encaixes, elementos estruturais, perdas volumétricas e estabilidade, evitando substituições não justificadas nas molduras e mobiliário; e

5.1.5.1.2.6. Entrega do Relatório de Limpeza e Estabilização, do Registro Fotográfico Comparativo (antes /depois) e do Relatório de vistoria, assinado por profissional qualificado e equipe de fiscalização.

#### 5.1.5.1.3. Marco 3 – Reintegração cromática e/ou formal (7ª a 9ª quinzenas dos meses 4 e 5)

##### 5.1.5.1.3.1 Atividades principais:

5.1.5.1.3.1. Nivelamento de lacunas, quando necessário;

5.1.5.1.3.2. Tratamento de fissuras, perdas, deformações e instabilidades;

5.1.5.1.3.3. Testes de reintegração cromática e formal, quando aplicáveis;

5.1.5.1.3.4. Reintegração cromática pontual, restrita às áreas de lacuna, sem recobrimento de matéria original;

5.1.5.1.3.5. Reintegração formal pontual em molduras, sanefas e mobiliário, quando tecnicamente indicada;

5.1.5.1.3.6. Tratamento de superfícies douradas, com consolidação, limpeza e reintegração pontual de douramento;

5.1.5.1.3.7. Estabilização e revisão estrutural final de mobiliário;

5.1.5.1.3.8. Limpeza controlada e proteção superficial de esculturas em bronze, preservando pátinas históricas.

5.1.5.1.3.9. Entrega do Relatório de Amostras aprovadas, do Registro Fotográfico comparativo e do Relatório de reintegração, assinado por profissional qualificado e equipe de fiscalização

5.1.5.1.3.2. Ponto crítico: aprovação dos testes de cor por profissional qualificado e equipe de fiscalização, antes da execução em larga escala. A fiscalização terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar, contados da entrega formal das amostras; o silêncio no prazo implica aprovação tácita.

#### 5.1.5.1.4. Marco 4 – Finalização dos tratamentos e entrega técnica (10ª a 12ª quinzenas dos meses 5 e 6)

##### 5.1.5.1.4.1 Atividades principais

5.1.5.1.4.1.1. Aplicação de camadas protetivas compatíveis, estáveis e retratáveis, definidas conforme a natureza material de cada bem, quando tecnicamente indicados;

5.1.5.1.4.1.2. Nivelamento de brilho e saturação óptica pontual, quando necessários;; Revisão geral dos tratamentos executados;

5.1.5.1.4.1.3. Montagem final (quando aplicável);

5.1.5.1.4.1.4. Limpeza técnica final;

5.1.5.1.4.1.5. Elaboração do Dossiê Técnico Final, contendo diagnóstico, metodologia, produtos utilizados, testes, registros fotográficos, mapas de danos e recomendações de conservação preventiva.

5.1.5.1.4.1.6. Entrega do Dossiê Técnico Final de restauro, assinado por profissional qualificado e equipe de fiscalização, do Plano de Conservação Preventiva, com recomendações de manutenção e acondicionamento do acervo e do Registro fotográfico completo do processo (antes, durante e após), organizado por item do acervo;

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. O serviço de restauração dos quadros óleo sobre tela descritos na tabela do item 1 do presente Termo de Referência deverão ser executados na sede do Quartel-General da 6ª Região Militar, situado na Praça Duque de Caxias, s/nº, Mouraria. As demais peças, se necessário, poderão ser transportadas ao atelier da contratada para execução do serviço e posterior devolução ao mesmo local.[A4] ;

5.2.1. A Contratada será responsável pelos custos de transporte das peças, tanto na retirada quanto na devolução, assim como pela cobertura de eventuais danos aos objetos sob sua custódia.

5.2.1.1. O transporte das peças do mobiliário, estatuetas, consoles, consoles com espelho e sanefas (se for o caso), deverá seguir critérios rigorosos a fim de garantir a integridade física, estética e histórica dos objetos.

5.2.1.2. Antes do deslocamento, deve ser realizado um planejamento detalhado, incluindo a avaliação do estado de conservação de cada peça, registro fotográfico e elaboração do relatório técnico. É de fundamental definir o trajeto, o tempo estimado e as condições ambientais durante o transporte.

5.2.1.3. Todos os itens devem ser acondicionados com materiais apropriados compatíveis com bens artísticos, como espumas de alta densidade, mantas protetoras, plástico bolha e caixas reforçadas. Deve ser evitado o contato direto de plástico bolha, fitas adesivas ou materiais abrasivos com superfícies pictóricas, douradas, envernizadas, enceradas, metálicas ou frágeis. Devem ser previstas camadas de interface inertes, como papel neutro, Tyvek, TNT apropriado, espuma de polietileno ou materiais equivalentes, conforme avaliação técnica. Elementos frágeis, como espelhos e partes entalhadas, devem receber proteção extra. Sempre que possível, utilizar embalagens sob medida.

5.2.1.4. O manuseio deve ser realizado exclusivamente por profissionais capacitados, evitando-se impactos, arrastos ou empilhamentos inadequados. Peças pesadas ou volumosas devem ser transportadas com o auxílio de equipamentos apropriados, como carrinhos e cintas de elevação.

5.2.1.5. O veículo deve ser adequado, limpo, fechado, exclusivo e, com controle ou monitoramento das condições ambientais, sempre que a natureza do bem exigir.. As peças devem ser devidamente fixadas para evitar deslocamentos indesejáveis durante o trajeto.

5.2.1.6. Cada item deve estar devidamente identificado, com etiquetas contendo informações básicas e instruções de manuseio. Toda a documentação, incluindo autorizações, laudos e registros, deve acompanhar o transporte.

5.2.1.7. Deve-se adotar medidas de segurança contra furtos, extravios e danos, incluindo rastreamento do veículo, seguro especializado para transporte de bens culturais com cobertura mínima correspondente ao valor de mercado estimado do acervo transportado, e, quando necessário, acompanhamento por equipe de segurança. A apólice de seguro deverá ser apresentada à Contratante antes de cada operação de transporte.

5.2.1.8. Na chegada ao destino, a desembalagem e instalação devem seguir procedimentos técnicos, respeitando as características de cada peça. Consoles com espelhos (ou espelhos com consoles) e sanefas exigem atenção especial quanto à fixação e nivelamento.

5.3. Os serviços serão prestados de segunda a quinta-feira no seguinte horário: 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00; e às sextas-feiras, de 08h00 às 12h00.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.4.1. manter controle diário das atividades realizadas, com registro das etapas executadas, equipe envolvida e bens trabalhados;

5.4.2. realizar registro fotográfico e textual antes, durante e após os procedimentos, individualizado por bem cultural;

5.4.3. manter os bens devidamente identificados, acondicionados e protegidos durante todo o período de execução dos serviços;

- 5.4.4. submeter previamente à fiscalização técnica os diagnósticos, testes, amostras e propostas de intervenção antes da execução de procedimentos definitivos;
- 5.4.5. utilizar materiais, produtos e métodos compatíveis com a natureza dos bens culturais, observando os princípios da mínima intervenção, estabilidade, compatibilidade e retratabilidade sempre que possível;
- 5.4.6. registrar todos os materiais, produtos, concentrações, métodos, tempos de aplicação e procedimentos utilizados;
- 5.4.7. manter o espaço de trabalho limpo, organizado, seguro e adequado à guarda temporária dos bens;
- 5.4.8. comunicar imediatamente à fiscalização qualquer alteração relevante no estado de conservação dos bens, intercorrência técnica, risco identificado ou necessidade de alteração do Plano de Intervenção;
- 5.4.9. garantir que o manuseio, deslocamento, acondicionamento e armazenamento temporário dos bens sejam realizados por profissionais capacitados e com materiais adequados;
- 5.4.10. apresentar relatórios técnicos parciais conforme os marcos de medição, acompanhados de documentação fotográfica e descrição dos procedimentos executados;
- 5.4.11. não realizar intervenções irreversíveis, extensivas ou não previstas sem justificativa técnica e aprovação formal da fiscalização;
- 5.4.12. entregar, ao final dos serviços, o Dossiê Técnico Final de Conservação-Restauração e o Plano de Conservação Preventiva.
- 5.4.13. Nenhuma intervenção poderá ser iniciada sem a aprovação formal do diagnóstico pela Fiscalização Administrativa; e
- 5.4.14. Outros procedimentos essenciais à boa execução do serviço.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. Estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, incluindo custos correlatos:

5.6.1. O valor atribuído à indenização do bem expropriado será equivalente a 05 (cinco) vezes a importância cobrada pela restauração ou quantia atribuída ao bem por profissional especializado, acrescido de multa de 20 (vinte por cento), além das providências relativas à responsabilização previstas no Código Civil Brasileiro e outros documentos normativos.

5.7. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.7.1. Mesmo após o prazo de garantia, o contratado pode responderá judicialmente por danos decorrentes de imperícia, negligência ou erro técnico, observados os prazos prescricionais do Código Civil e do CDC.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8. 1. Verificação pela Equipe de Fiscalização e Fiscal Administrativo da documentação relativa a cada um dos marcos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.8.2. *Comprovação formal pelo Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, bem como por profissional especializado, se for o caso, de que o serviço executado corresponde aos termos estabelecidos no contrato; e*

5.8.3. *Entrega da documentação prevista no item 5.1.5.1.4.1.6. do presente Termo de Referência*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante a execução das atividades relacionadas nos marcos 2 ao 4 - itens 5.1.5.1.2 ao 5.1.5.1.4* deste Termo de Referência.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10.1. O fiscal deverá exigir do contratado a ficha técnica de todos os produtos e o uso de técnicas compatíveis com a conservação; e proibindo o uso de materiais irreversíveis ou agressivos.

6.10.2. A critério da Administração, o fiscal técnico poderá contar com o auxílio de um consultor ou parecerista, contratado previamente para auxiliá-lo na validação técnica, desde que não este não tenha responsabilidade pela execução do serviço.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11.1. Para bem cumprir essa atribuição, o fiscal técnico deverá exigir do restaurador o diário técnico do restauro, registro fotográfico sistemático (antes, durante e depois de cada marco).

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. A aderência ao método aprovado, cuidando para que não haja substituição indevida de materiais.

6.16.2. Monitorar o surgimento de novas patologias ou reações inesperadas durante e após a execução da obra; e

### 6.16.3. Gerenciar e mitigar os riscos *apontados na fase do planejamento*.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. A execução dos serviços deverá observar metodologia previamente aprovada pela fiscalização, sendo obrigatória a realização de diagnóstico técnico inicial, testes de intervenção em áreas delimitadas, execução por etapas sucessivas com validação formal, registro documental completo e controle rigoroso dos materiais empregados, vedada qualquer alteração metodológica sem autorização expressa da Administração.

6.21.2. A Fiscalização poderá contar com o apoio de um consultor ou parecerista, contratado previamente para auxiliá-lo na validação técnica, desde que não este não tenha responsabilidade pela execução do serviço.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o Laudo Técnico de Conservação e Restauração, formalmente validado pelo fiscal técnico, consultor técnico e fiscal administrativo para aferição da qualidade da prestação dos serviços, previstos em cada um dos marcos do cronograma deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. pagamento de 10% (dez por cento), após a realização (liquidação) das atividades previstas no marco 1;

7.4.2. pagamento de 25% (vinte e cinco por cento), após a realização (liquidação) das atividades previstas no marco 2;

7.4.3. pagamento de 40% (quarenta por cento), após a realização (liquidação) das atividades previstas no marco 3; e

7.4.4. pagamento de 25% (vinte e cinco por cento), após a realização (liquidação) das atividades previstas no marco 4.

### Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

### Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.



7.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.10.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.10.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**.

### **Forma de pagamento**

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.21. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, encaminhados à essa administração até 31/05/2026.

### **Cessão de Crédito**

7.22. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.22.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.22.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.22.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.22.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.23. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,02% (zero vírgula dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**. [A1] [A2]

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a [A4] **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço global]

### Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELL: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. É vedada a participação de pessoas jurídicas em consórcio na presente demanda, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual — especificamente, serviços de restauração de obras de arte, cujo objeto exige capacidade técnica individualizada, experiência comprovada e notória especialização —, de modo que se mostra incompatível com a natureza da contratação a participação de consórcios de empresas, uma vez que a formação de consórcios poderia dificultar a aferição precisa da responsabilidade técnica e da autoria dos trabalhos realizados, fragmentando a responsabilidade pela execução de um serviço que, por sua especificidade e singularidade, exige atuação direta, coordenada e coesa de uma única empresa especializada, com metodologia própria e corpo técnico unificado.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- 9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.31. Para fins de habilitação técnica, a empresa contratada deverá comprovar especialização na prestação de serviços de conservação e restauração de obras de arte, bens culturais e acervos artísticos, mediante apresentação de documentação técnica compatível com a natureza e complexidade dos serviços a serem executados.
- 9.31.1 A comprovação da especialização deverá contemplar, no mínimo, os seguintes critérios:
- 9.31.1.1. Experiência técnica comprovada na execução de serviços de conservação e restauração de obras de arte, incluindo pinturas, esculturas, documentos históricos, elementos artísticos integrados, peças museológicas ou outros bens culturais, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.31.1.2. Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação acadêmica nas áreas de Conservação e Restauração, Belas Artes, Museologia, Arquitetura, História da Arte ou áreas correlatas, devendo ser comprovada a experiência específica dos responsáveis técnicos em intervenções de caráter conservativo e restaurativo.**

**9.31.1.3. Responsável técnico habilitado, com comprovação de vínculo profissional com a empresa e experiência comprovada em projetos de restauração e conservação de patrimônio artístico e cultural.**

**9.31.1.4. Conhecimento técnico-científico relacionado a metodologias de diagnóstico, análise de materiais, técnicas de intervenção reversível, conservação preventiva, higienização especializada, estabilização físico-química e documentação técnica de processos restaurativos.**

**9.31.1.5. Capacidade operacional e laboratorial, demonstrando disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e materiais adequados à execução dos serviços, observando-se as normas técnicas aplicáveis, princípios éticos da conservação-restauração e protocolos de preservação patrimonial**

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 05 (cinco) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.32.2. [Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Salvador/BA, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração[A33] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A34]

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Documentação complementar para cooperativas**

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 189.898,46 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/unidade: 160036 / 00001 – Comando da 6ª Região Militar;
  - II. Fonte de recursos: 1000000000;
  - III. Programa de trabalho: 262019;
  - IV. Elemento de despesa: 339000; e
  - V. Plano interno: I3EP02DADGO.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Salvador/BA, 18 de maio de 2026.

LOURIVAL CERQUEIRA PEREIRA - Cap R1  
Equipe de Planejamento

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2] )

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de .....*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.*
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
  - 1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.*

4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados:[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

4.1.28.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

4.1.29. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

4.1.30. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]*

4.1.30.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

4.1.31. *Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.*

4.1.32. *Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.*

4.1.33. *Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.*

4.1.34. *Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.*

4.1.35. *Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.*

4.1.36. *Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.*

4.1.37. *Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.*

4.1.38. *Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.*

4.1.39. *Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.*

4.1.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*

4.1.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*

4.1.43. *Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.*

4.1.44. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*

4.1.44.1. *manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

4.1.44.2. *supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

4.1.44.3. *florestas plantadas; e*

4.1.44.4. *outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.*

4.1.45. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*

4.1.45.1. *Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*

4.1.45.2. *Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;*

4.1.45.3. *Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e*

4.1.45.4. *Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.*

4.1.46. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*

4.1.47. *O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.*

4.1.48. *Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:*

4.1.48.1. *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.*

4.1.48.2. *resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.*

4.1.48.3. *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

4.1.48.4. *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

4.1.49. *Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.*

4.1.50. *Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.*

4.1.51. *Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:*

4.1.51.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]**

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de

*documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]*

5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]*

5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

5.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

5.11. *O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

5.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]*

## **6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]**

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

6.4.1. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

6.4.2. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.*

6.4.3. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

6.5. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

6.5.1. *Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

6.5.2. *Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

6.5.3. *Indenizações e multas.*

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

## 8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Salvador-BA, Seção Judiciária de Salvador-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Salvador-BA, 14 de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)



JUSTIFICATIVA TÉCNICA E JURÍDICA PARA AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

Em observância às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), notadamente no que tange aos princípios da eficiência, da viabilidade econômica e da proteção ao patrimônio público, apresenta-se a fundamentação técnica para a modelagem da contratação por meio do agrupamento dos itens constantes neste Termo de Referência em lotes distintos por afinidade.

A regra geral do parcelamento do objeto, preconizada no art. 40, § 2º, e art. 47 da referida Lei, visa a ampliar a competitividade. Todavia, a própria legislação ressalva que o parcelamento deve ser afastado quando houver prejuízo para o conjunto do objeto ou quando o agrupamento demonstrar maior vantajosidade técnica e operacional. No caso vertente, a intervenção de conservação e restauro no acervo do Salão Nobre do Quartel-General da 6ª Região Militar (Espaço Cultural Marechal Cantuária) impõe o agrupamento baseado nos seguintes pilares fundamentais:

1. Afinidade Material, Metodológica e Especialização Artística

Os bens que compõem o acervo do Salão Nobre possuem naturezas físico-químicas e suportes materiais completamente distintos. O restauro de um bem cultural não se confunde com um serviço comum de engenharia ou manutenção geral; trata-se de atividade científico-artística de alta especialização. O agrupamento dos itens foi desenhado estritamente segundo a compatibilidade das técnicas restaurativas exigidas:

LOTE 1: Pinturas em Tela	Itens 3, 4 e 5 (Quadros históricos e Marouflage). Exigem competência em consolidação de camada pictórica, reentoamento, tratamento de suporte têxtil e reintegração cromática.
LOTE 2: Esculturas em Metal	Itens 7 e 8 (Esculturas em bronze). Exigem conhecimento em metalurgia artística, remoção de oxidações estáveis/instáveis e aplicação de pátinas protetivas.

2. Otimização do Controle e da Fiscalização Administrativa Militar

A fiscalização de um contrato de restauro histórico exige rigor absoluto, com a análise e aprovação diária de exames de solubilidade, mapas de danos e relatórios de prospecção pictórica. Caso a Administração Pública optasse pela adjudicação individualizada item a item, haveria a pulverização do objeto em até 12 contratos simultâneos com fornecedores distintos. Tal cenário geraria uma severa ineficiência operacional para a Comissão de Fiscalização designada pela 6ª RM, inviabilizando o acompanhamento pormenorizado de cada etapa. O agrupamento garante a centralização da responsabilidade técnica por ecossistema material, permitindo um controle estrito sobre a execução e garantindo a perfeita rastreabilidade das intervenções.

3. Isolamento de Áreas de Trabalho, Circulação e Controle de Resíduos

A execução dos serviços ocorrerá, em grande parte, nas dependências do próprio Quartel-General, haja vista o caráter inamovível dos bens integrados (como os forros e os painéis fixados na parede). Processos de restauro de madeira e elementos estruturais geram resíduos particulados (poeira, serragem) e emissões químicas voláteis de solventes e decapantes. Ao agrupar os itens por afinidade material, é possível isolar hermeticamente as frentes de trabalho. Evita-se, com isso, o risco de contaminação cruzada, em que a poeira gerada pela raspagem de um forro por uma empresa venha a aderir e arruinar a aplicação de verniz fresco ou o restauro têxtil de uma tela executada simultaneamente por outro prestador no mesmo espaço físico.

4. Coordenação do Cronograma Interdependente e Prevenção de Prejuízos Mútuos

Existe uma intrincada interdependência física entre os itens dispostos no Salão Nobre. Os forros (Lote I) situam-se na projeção vertical direta sob a qual estão dispostos os quadros (Lote II) e o mobiliário clássico (Lote IV). A montagem de andaimes ou plataformas elevatórias para o restauro do teto representa um risco severo para os itens localizados no piso ou nas paredes. O agrupamento em lotes lógicos permite uma coordenação temporal perfeitamente encadeada. Garante-se, contratualmente, que o vencedor do Lote I execute as etapas críticas de plano alto antes que o vencedor do Lote II finalize a reintegração pictórica das telas. Afasta-se, em definitivo, o risco de

que empresas independentes disputem o mesmo espaço físico, gerando embargos mútuos, atrasos no cronograma global e potenciais danos ao acervo histórico pela sobreposição desordenada de atividades.

## 5. Conclusão

Diante do exposto, o agrupamento ora proposto demonstra-se não apenas viável, mas tecnicamente imperativo. A medida atende ao princípio da competitividade, pois permite a ampla participação do mercado especializado em seus respectivos nichos de atuação, ao mesmo tempo em que resguarda a Administração contra os severos riscos decorrentes da fragmentação excessiva, assegurando a integridade do patrimônio histórico sob a guarda da 6ª Região Militar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LOURIVAL CERQUEIRA PEREIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 11:04:39.*